



**30 DE NOVEMBRO DE 2016**

**Quarta-feira**

- **SINDIMETAL/PR EM FESTA!**
- **ATIVIDADE DA INDÚSTRIA PAULISTA CAI 0,9% EM OUTUBRO ANTE SETEMBRO, DIZ FIESP**
- **CONFIANÇA DA INDÚSTRIA AVANÇA 0,4 PONTO EM NOVEMBRO ANTE OUTUBRO, REVELA FGV**
- **RECEITA ALTERA NORMA QUE TRATA DE TRIBUTAÇÃO SOBRE LUCROS DE EMPRESA NO EXTERIOR**
- **BNDES CONCLUIRÁ ESTE ANO ANÁLISE DE CONTRATOS DE EXPORTAÇÃO**
- **REFORMA DA PREVIDÊNCIA TERÁ MEDIDAS PARA ELEVAR RECEITA, COMO FIM DE ISENÇÕES**
- **CORREÇÃO: AÇO BRASIL REVÊ PREVISÃO DE QUEDA DA PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO EM 2016**
- **BRASIL PODE TER 2017 SOFRÍVEL SE ECONOMIA MUNDIAL CRESCER SÓ 2,5%; DIZ MURILO**
- **PROJETO DE LEI QUE FAZ BC MIRAR EMPREGO É CRITICADO POR ECONOMISTAS**
- **REUNIÃO DE ANÁLISE DE CONJUNTURA DO 1º DIA DO COPOM TERMINOU ÀS 17H33**
- **HÁ DESCONFIGURAÇÃO DA SAZONALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO, DIZ IBGE**
- **CAE APROVA PROJETO QUE PODE LIMITAR TAXA DE JUROS DO CARTÃO DE CRÉDITO EM 28%**
- **TEMOS DE TER UMA POLÍTICA QUE REDUZA OS JUROS, DIZ RENAN**
- **ATO CONTRA A PEC DO TETO REÚNE DEZ MIL PESSOAS E TEM CONFUSÃO EM BRASÍLIA**
- **BNDES AVALIA SE CANCELA CRÉDITO A PROJETOS DE EMPRESAS DA LAVA JATO**
- **PEDÁGIO NO PARANÁ FICA MAIS CARO. PARA O LITORAL VAI A R\$ 18,70**
- **TOYOTA DIZ A TEMER QUE INVESTIRÁ MAIS R\$ 600 MILHÕES EM PORTO FELIZ**
- **MONTADORAS VÃO FINANCIAR POSTOS DE CARREGAMENTO PARA CARROS ELÉTRICOS**

- ESTUDANTES DE CURITIBA VÃO AJUDAR EMPRESAS CANADENSES A ENTRAR NO MERCADO BRASILEIRO
- BRASIL SOBE 12 POSIÇÕES EM RANKING GLOBAL DE TALENTOS
- CRISE DIMINUI RENDA E ACABA COM POSTOS DE TRABALHO EM PERÍODO INTEGRAL
- DESEMPREGO ATINGE NÍVEL RECORDE E AFETA 12,042 MILHÕES DE BRASILEIROS
- PIB DO BRASIL CAI 0,8% NO 3º TRI E ECONOMIA TEM 7 TRIMESTRES DE QUEDA
- MINERADORAS VOLTAM A PAGAR DIVIDENDOS, MAS SEM BONANÇA: GADFLY
- EQUILÍBRIO FISCAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO ANDAM JUNTOS
- MANGELS APROVA ADITIVO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- AZ ARMATUREN INVESTIU MAIS DE R\$ 10 MI NOS ÚLTIMOS ANOS EM MAQUINÁRIO E EM EXPANSÃO
- ARCELORMITTAL E METALÚRGICOS ENCERRAM DISPUTA JURÍDICA COM ACORDO DE R\$ 32 MILHÕES
- MINÉRIO SUPERA MARCA DE US\$ 80
- SUPERINTENDÊNCIA DO CADE RECOMENDA CONDENAÇÃO DO INSTITUTO AÇO BRASIL
- RIO TINTO VÊ POSSÍVEL AUMENTO EM DEMANDA E MENOS BUROCRACIA COM GOVERNO TRUMP
- PRODUÇÃO DE AÇO DEVE CAIR 7,6% EM 2016
- VALE REDUZIRÁ INVESTIMENTOS EM 2017
- RALI NO MINÉRIO E CORTE DE GASTOS DÃO TEMPO PARA VALE REPENSAR VENDA DE ATIVOS
- LÍDER SINDICAL ALEMÃO É CONTRA PLANOS DE FUSÃO TATA-THYSSENKRUPP

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 30/11/2016</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,396	3,396
<b>Euro</b>	3,611	3,613

**Fonte: BACEN**

## SINDIMETAL/PR EM FESTA!

30/11/2016 – SINDIMETAL/PR

**Parabéns, SINDIMETAL/PR!**



## Atividade da indústria paulista cai 0,9% em outubro ante setembro, diz Fiesp

30/11/2016 –Tribuna PR

Num resultado que, na avaliação da entidade, esfria a expectativa de reação no fim deste ano, o Indicador de Nível de Atividade (INA) da indústria paulista, medido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), registrou queda de 0,9% na passagem de setembro para outubro, com ajuste sazonal.

Ao divulgar o resultado, o departamento de pesquisas e estudos econômicos da Fiesp anunciou a expectativa de queda de 9% do indicador neste ano. Nos últimos 12 meses, o INA acumulou variação negativa de 9,6%. Na comparação de outubro com o mesmo período de 2015, a queda foi de 8,9%.

Entre as variáveis consideradas na pesquisa, o Total de Vendas Reais caiu 1,9%, sendo a principal influência do desempenho negativo do mês passado. O levantamento, feito desde 1975 pela Fiesp, mostra ainda queda de 1% nas horas trabalhadas na produção, mas um ligeiro aumento de 0,2 ponto porcentual do nível de utilização da capacidade instalada da indústria paulista.

Na análise dos resultados da pesquisa, Guilherme Moreira, gerente do departamento, considerou que os números indicam que o setor "não tem o mesmo fôlego". Para 2017,

a projeção é de recuperação, com crescimento de 1,2% do INA, mas o gerente pondera que ainda há muita incerteza no horizonte, como o ainda alto patamar dos juros.

Um dos destaques negativos do balanço foi o setor de minerais não metálicos, cujo indicador de atividade mostrou queda de 2,1% em outubro, na comparação com setembro que desconta efeitos sazonais. As indústrias de alimentos e de bebidas também tiveram queda, de 2,1% e 2,5%, respectivamente.

Na contramão, o INA da indústria farmacêutica avançou 0,6% na passagem de setembro para outubro, enquanto o setor têxtil teve alta de 3,4% e a indústria química avançou 1,2%.

### **Sensor**

A pesquisa Sensor, feita também pela Fiesp, subiu de 48,2 pontos, em outubro, para 49,1 pontos em novembro, já descontando os efeitos sazonais. Apesar do crescimento, o indicador, abaixo dos 50 pontos, ainda indica queda da atividade industrial e, na avaliação da Fiesp, mostra que há sinais de "perda de fôlego" na confiança do empresariado nos últimos meses.

Conforme o departamento de pesquisas e estudos econômicos da Fiesp, a confiança parece estar "sob reavaliação" após dar sinais de reação com a mudança de governo e o ciclo de ajuste de estoques. A retomada da indústria deverá ser "lenta e gradual", de acordo com a entidade.

As elevadas taxas de juros para empresas e consumidores, combinadas à piora no mercado de trabalho, são citadas pela instituição entre os fatores que vão limitar a retomada da atividade econômica.

### **Confiança da indústria avança 0,4 ponto em novembro ante outubro, revela FGV**

30/11/2016 – R7

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) subiu 0,4 ponto em novembro ante outubro, passando de 86,6 para 87,0 pontos, informou nesta quarta-feira (30) a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em outubro, o índice havia recuado 1,6 ponto. A instituição avaliou que, ao retornar ao mesmo patamar de julho, o índice segue a tendência de acomodação iniciada em agosto.

"A melhora da confiança industrial entre abril e julho teve como protagonistas o ajuste de estoques e a diminuição do pessimismo em relação ao futuro. Ainda que permanecesse baixo em termos históricos, o ICI havia atingido o maior patamar desde o final de 2014. Desde então, no entanto, o índice continua oscilando em torno do nível atingido em julho. O setor aguarda notícias que alterem o ambiente de negócios, ainda bastante desfavorável", afirmou Tabi Thuler Santos, Coordenadora da Sondagem da Indústria da FGV/IBRE.

A alta da confiança em novembro foi registrada em oito dos 19 segmentos pesquisados. Além disso, tanto o Índice da Situação Atual (ISA) quanto o Índice de Expectativas (IE) apresentaram melhoras discretas. O ISA aumentou 0,2 ponto e atingiu 85,1 pontos e o IE subiu 0,5 ponto, para 88,9 pontos.

No ISA, o único componente que teve avanço foi o que mede o nível de demanda, que aumentou 3,0 pontos e alcançou 85,3 pontos, o maior nível desde janeiro de 2015 (85,4 pontos). Segundo a FGV, o percentual de empresas que consideram o nível atual de demanda forte passou de 6% para 9% entre outubro e novembro, enquanto o patamar de empresários que a considera fraca caiu de 38,7% para 35,5% do total.

Já a maior contribuição para o avanço do IE em novembro veio da previsão de produção para os três meses seguintes, que subiu 1,2 ponto para 93,8 pontos. A FGV afirmou que a melhora é consequência do aumento do percentual de empresas que prevê produção maior nos meses seguintes, de 28,8% para 29,5%, além da queda da fatia que considera que a produção será menor, de 21,4% para 19,6%.

A FGV também informou que, entre outubro e novembro, o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) avançou 0,3 ponto percentual, para 74,0%. Na métrica de médias móveis trimestrais, o indicador manteve-se estável em relação ao mês anterior, em 74,1%.

A edição de novembro de 2016 do ICI coletou informações de 1.105 empresas entre os dias 1º e 25 deste mês. A próxima divulgação desse indicador será no dia 26 de dezembro de 2016, sendo que a prévia do resultado será publicada no site do Ibre no dia 21 de dezembro.

## **Receita altera norma que trata de tributação sobre lucros de empresa no exterior**

30/11/2016 –Tribuna PR

A Receita Federal alterou norma que trata da tributação sobre lucros do exterior para uniformizar as regras voltadas para empresas que estão em paraísos fiscais e as localizadas em outros países.

A principal mudança trazida por instrução normativa publicada pelo órgão nesta terça-feira, 29, no Diário Oficial da União é permitir que empresas paguem Imposto de Renda e Contribuição sobre Lucro Líquido (CSLL) sobre lucros de coligadas no exterior pelo regime de competência, ou seja, no momento em que o lucro for auferido. Pela regra anterior, o pagamento deveria ser feito apenas no momento em que o lucro fosse internalizado no Brasil.

A chefe da Divisão de Tributação Internacional da Receita, Andrea Costa Chaves, explicou ao Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado) que havia uma discrepância na legislação, já que as empresas que têm coligadas em paraísos fiscais têm sempre que pagar os tributos pelo regime de competência. “A mudança foi feita para dar uma opção às empresas e dar tratamento igual a elas”, afirmou.

Andrea explicou que um projeto de lei foi votado pelo Congresso Nacional permitindo a tributação por competência e a instrução normativa publicada pela Receita nesta terça regulamentou a questão.

Além disso, a IN incluiu todas as indústrias extrativistas entre as atividades econômicas que podem ter crédito presumido de 9% no pagamento de Imposto de Renda e CSLL pagos sobre lucros no exterior – o que também havia sido aprovado pelo Legislativo, mas precisava da regulamentação da Receita para entrar em vigor.

Anteriormente, o benefício era previsto para extração de minérios, além de fabricação de bebidas, fabricação de produtos alimentícios, construção de edifícios e de obras de infraestrutura e indústria de transformação.

## **BNDES concluirá este ano análise de contratos de exportação**

30/11/2016 –Tribuna PR

O diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Ricardo Ramos, afirmou que a diretoria do banco deve aprovar ainda neste ano o cancelamento de alguns dos 25 contratos de financiamento à exportação suspensos por serem considerados de risco.

“Estamos olhando um a um (dos contratos), o que nos abre uma frente de trabalho grande. Temos algumas análises mais avançadas que outras porque alguns projetos são mais avançados que os outros. Neste ano ainda já começa a sair alguma coisa”, afirmou Ramos, após participar do seminário “Exportação e internacionalização de serviços de engenharia consultiva: oportunidade para o Brasil”.

O BNDES suspendeu 25 contratos de financiamento à exportação que, dependendo de análise técnica, poderão ser cancelados. Alguns deles são considerados frágeis porque os países onde as obras financiadas acontecem estão em crise econômica. Outros, porque as empresas brasileira envolvidas nas obras são construtoras investigadas pela Polícia Federal na Operação Lava Jato.

“Não é só Lava Jato que influencia nessas questões. Tem também a situação dos países dos projetos. Em alguns projetos nossa decisão é mais crítica do que outra”, afirmou. Segundo o executivo, as análises avançaram nos últimos dois meses, mas, a definição de cancelar ou não contratos será da diretoria do banco e do Ministério de Relações Exteriores. O banco ainda busca alternativas financeiras para que as obras não sejam afetadas.

Outros financiadores, como bancos de fomento internacionais, poderão assumir o compromisso firmado com o BNDES. Ramos citou especificamente os bancos de fomento da Itália e da Alemanha como exemplos de financiadores que já participam das obras e com os quais pode negociar uma substituição.

Ramos ressaltou ainda a complexidade em concluir o termo de compliance, que deve ser assinado com as empreiteiras que continuarem a ser beneficiadas pelo banco. “Estamos discutindo o termo de compliance, que hoje é a grande questão. Faz com que o importador e o exportador assumam que, nessa obra específica que a gente entende que pode continuar, não houve problema”, disse o diretor.

O dinheiro de contratos suspensos entrará no orçamento do BNDES e poderá ser alocado a outros projetos. Mas não há nenhuma determinação para que a indústria local que seria beneficiada com o contrato cancelado seja atendida nesse realocamento de desembolso.

## **Reforma da Previdência terá medidas para elevar receita, como fim de isenções**

30/11/2016 –Tribuna PR

A reforma da Previdência não vai se limitar a conter despesas. Uma parte dela inclui medidas para incrementar a receita. Entre os setores que vão ser chamados a contribuir está a cadeia do agronegócio, desde as empresas exportadoras até o pequeno produtor rural. Parte das medidas, porém, não vai constar da espinha dorsal da reforma, que seguirá para o Congresso como Proposta de Emenda Constitucional (PEC).

O governo vai tentar melhorar a arrecadação com medidas em paralelo: rever desonerações, criar uma contribuição previdenciária para empresas do Simples e rever isenções, como a de entidades sem fins lucrativos.

O presidente Michel Temer já avaliou as principais medidas da reforma. Inicialmente, a proposta é que o texto seria encaminhado ao Congresso nesta semana, mas algumas definições jurídicas podem jogar o encaminhamento oficial para semana que vem ou até para a outra.

Hoje, a contribuição previdenciária varia por setor e por porte de empresa. Há isenções ou cobranças ínfimas para algumas atividades e categorias profissionais. O princípio é

fazer a “convergência” das regras, para que todos contribuam. Nesse espírito, o papel do agronegócio é considerado essencial.

### **Rombo**

No ano passado, as contribuições rurais somaram R\$ 7,3 bilhões, mas a despesa do segmento foi de R\$ 102 bilhões, o que resultou num rombo de quase R\$ 95 bilhões.

Uma boa parte das empresas do setor contribui com 2,5% sobre o faturamento, e não sobre a folha. No caso do produtor, a retenção previdenciária deveria ser feita por quem compra as suas mercadorias, mas uma decisão do Supremo Tribunal Federal considerou a cobrança inconstitucional. Equalizar as regras no setor é considerado prioridade.

Em paralelo, como medida de apoio à reforma, o governo negocia com entidades empresariais e de trabalhadores o fim da desoneração da folha de pagamentos. Ela reduziu a arrecadação previdenciária em R\$ 18 bilhões e jogou a conta para o Tesouro. Como o ambiente é de recessão, o governo busca uma saída caso a caso, para não piorar a situação do setor privado, mas quer rever o benefício.

Também por causa da crise, o governo decidiu não incluir na reforma em si a revisão de uma série de “leniências” com a Previdência, mas não descarta a possibilidade de realizar mudanças à medida que economia melhore. Entre as alterações consideradas pertinentes está a criação de uma contribuição previdenciária para as micro e pequenas empresas.

Subordinadas ao Simples, elas pagam a contribuição previdenciária aglutinada a uma série de outros tributos, com descontos. Também podem ser reavaliadas isenções, como as dadas ao microempreendedor individual (MEI) e a instituições filantrópicas e sem fins lucrativos. Procurada para comentar as medidas, a Secretaria de Previdência não respondeu até o fechamento desta reportagem.

### **Correção: Aço Brasil revê previsão de queda da produção de aço bruto em 2016**

30/11/2016 –Tribuna PR

A nota enviada anteriormente continha incorreções. A estimativa anterior do Aço Brasil para a produção de aço bruto em 2016 era de 33,2 milhões de toneladas, e não de 31 milhões como informado. Em relação às exportações, a previsão da entidade é que elas recuem 3,7% em volume em 2016, e não 7,6%.

Seguem texto e título corrigidos:

A crise no mercado interno e o excesso de aço no mercado internacional levaram o Instituto Aço Brasil a reduzir suas projeções para o nível de atividade do setor neste ano.

A nova estimativa para a produção de aço bruto no País em 2016 é de 30,7 milhões de toneladas, o que representa queda de 7,6% em relação a 2015. Se confirmado, será o menor volume registrado desde 2009. A projeção anterior, divulgada em junho, era de uma queda na ordem de 4,3%, para 33,2 milhões de toneladas.

De acordo com o Aço Brasil, a intensidade da queda do desempenho dos indicadores da indústria siderúrgica vem diminuindo, “o que permite dizer que talvez o pior tenha passado”, diz em nota divulgada junto com as previsões. Na análise do instituto, isso não garante a recuperação vigorosa do setor devido à manutenção de fatores estruturais e conjunturais e à fraqueza da demanda doméstica.

As vendas no mercado interno devem totalizar 16,3 milhões de toneladas no ano, recuo de 10,1%, patamar semelhante ao de 2005. O consumo aparente de aço, por

sua vez, deve somar 17,9 milhões de toneladas, queda de 16,2%. Até junho a expectativa era de queda de 14,4%.

“Tanto em nível de venda quanto de consumo aparente estamos retomando o patamar de 11 anos atrás. A situação do mercado interno nos levou a uma realidade de uma década atrás. Em termos de consumo paramos no tempo”, disse Alexandre Lyra, presidente do Conselho Diretor do Aço Brasil. “A mensagem positiva é que a queda está desacelerando, mas daí a se falar em retomada ainda temos um belo caminho pela frente”, disse.

As exportações devem somar 13,218 milhões de toneladas em 2016, queda de 3,7% em relação a 2015. A estimativa anterior era de diminuição de 3,5%, para 13,726 milhões de toneladas. Em valores o Aço Brasil estima que as vendas externas alcancem US\$ 5,5 bilhões, 16,7% inferiores na comparação anual.

Já as importações são estimadas em 1,622 milhões de toneladas, recuo de 49,5% em relação ao ano passado.

O consumo aparente de aço em 2017 deverá crescer 3,5%, para 18,483 milhões de toneladas. Já as vendas no mercado doméstico podem ter alta de 3,6%, para 16,920 milhões de toneladas.

### **Produção**

A produção de aço bruto em outubro somou 2,720 milhões de toneladas, queda de 8,8% ante o registrado no mesmo mês de 2015. De janeiro a outubro 25,638 milhões de toneladas de aço foram produzidas nas usinas do País, um recuo de 9,2%.

O consumo aparente de aço, que inclui produtos nacionais e importados, caiu 2,1% no mês, para 1,605 milhão de toneladas, e no ano já acumula um recuo de 17,6% (15,286 milhões de toneladas).

Já as vendas de aço no mercado interno recuaram 5,4% no mês passado, para 1,374 milhão de toneladas. Nos dez primeiros meses do ano a comercialização de produtos siderúrgicos no mercado interno diminuiu 11,1%, somando 13,937 milhões de toneladas.

Na tentativa de compensar a perda de mercado doméstico, as siderúrgicas tentaram exportar mais, mas têm esbarrado no que chamam de “assimetrias competitivas” e no custo Brasil. Houve queda de 2,3% nas exportações no acumulado do ano. De janeiro a outubro foram exportadas 10,999 milhões de toneladas de aço. Em outubro houve queda de 23,4% ante o mesmo mês de 2015, para 931 mil toneladas.

Os ganhos com as exportações em dólar caíram 19,9%. Ao longo dos primeiros dez meses de 2016 a siderurgia obteve receita de US\$ 4,537 bilhões com os embarques de aço.

Em outubro o País importou 282 mil toneladas de aço, volume 46,9% superior ao de igual mês do ano passado. No acumulado dos dez meses do ano as importações caíram 51%, somando 1,451 milhão de toneladas de aço.

**Brasil pode ter 2017 sofrível se economia mundial crescer só 2,5%; diz Murilo**

30/11/2016 –Tribuna PR

O presidente da Vale, Murilo Ferreira, afirmou nesta terça-feira, 29, que o Brasil precisa de um amplo conjunto de reformas, micro e macroeconômicas. Sem saber o que acontecerá na economia mundial em 2017, é difícil fazer avaliação mais precisa do que esperar para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no ano que vem, disse a jornalistas na Bolsa de Valores de Nova York.



O presidente da Vale ressaltou que há uma série de questões internas no Brasil, mas, se a economia mundial crescer 2,5%, será um ano "sofrível" para o Brasil. Caso a expansão do PIB global fique mais perto de 4%, o ano de 2017 será mais positivo para o País.

"O Brasil tem seus próprios problemas, fiscais, regulatórios, uma série de reformas que precisam ser feitas", disse Murilo, ressaltando que qualquer país em uma economia globalizada sofre as consequências "inexoráveis" do desempenho do PIB mundial. O executivo ressaltou que as condições na China já melhoraram depois de uma série de medidas tomadas por Pequim.

Com os recentes eventos na Europa, incluindo a saída do Reino Unido da União Europeia, e nos Estados Unidos, com a inesperada vitória de Donald Trump, o presidente da Vale vê um cenário de muita incerteza na economia mundial. "As pessoas não sabem ainda quantificar as repercussões desses dois eventos."

No caso da economia brasileira, Murilo ressaltou que o Brasil precisa de uma "superação política e econômica" e ainda contar com um cenário externo mais volátil. "Não dá pra descolar o Brasil da economia mundial." O executivo citou um conjunto de reformas que precisam ser feitas no País, incluindo na Previdência, no mercado de trabalho, no sistema de saúde e educação e em medidas microeconômicas. "É quase um País inteiro que precisa ser reformado."

Assim como acontece no mundo empresarial, que de tempos em tempos revisita temas, estratégias e reavalia negócios, o Brasil também precisa fazer o mesmo e se ajustar a uma nova realidade, afirmou.

## **China**

Murilo Ferreira disse ainda a jornalistas que analistas e outros especialistas erraram ao avaliar os rumos da China, a segunda maior economia do mundo, e seu mercado de minério. Prova disso, disse ele, é que os níveis de preços hoje estão em patamar completamente diferente.

Murilo contou que viajou várias vezes para o país asiático nos últimos anos e viu um ambiente muito diferente do que traçado em análises econômicas e nas reportagens de jornais. "A China que eu estava vendo, e só este ano fui seis vezes lá, era muito diferente do que eu lia nos jornais e nas análises."

O presidente da Vale disse que as avaliações sobre o país asiático sinalizavam que "o fim de mundo" estava próximo de acontecer na China. "Os negócios na China corriam bem e apresentavam sustentabilidade. Está na hora de as pessoas reconhecerem que erraram."

Mesmo em relação às projeções de produção de aço na China, Murilo disse que elas não vieram a se confirmar. "Tivemos pessoas que acertaram, poucas, e muitas erraram."

## **Carro elétrico**

Sobre o níquel, Murilo disse que se espera um crescimento "explosivo" no mercado de carros elétricos, o que deve garantir remuneração "apropriada" para o segmento. A capacidade da Vale para suprir o níquel para as baterias destes carros é inigualável, disse Murilo.

## **Dividendos**

O diretor Financeiro da Vale, Luciano Siani, disse que a Vale fará em fevereiro o pagamento de dividendos que ficaram faltando de 2016. Na segunda-feira, a empresa anunciou a distribuição de R\$ 856,9 milhões em juros sobre o capital próprio.

“Antecipamos parte do dividendo obrigatório. Em seguida, será pago o complemento desse dividendo obrigatório”, afirmou Siani a jornalistas, ressaltando que a empresa quer distribuir mais proventos aos acionistas no futuro. Ele contou que a empresa avaliou que, considerando os três primeiros trimestres do ano, ficou claro que a Vale terá resultado positivo expressivo este ano.

A mineradora teria duas opções, ou pagar todo o dividendo quando fechasse os resultados de 2016 ou antecipar parte do pagamento. A opção foi pela antecipação. “A perspectiva para os negócios está muito sólida e decidimos fazer essa antecipação, que era um valor simbólico, mas um gesto que demonstra para nossos acionistas que a companhia está em um caminho virtuoso e que dividendos maiores são esperados no futuro.”

## **Projeto de lei que faz BC mirar emprego é criticado por economistas**

30/11/2016 –Tribuna PR

Neste primeiro dia de reunião da diretoria do Banco Central para decidir o novo patamar dos juros básicos no Brasil, atualmente em 14% ao ano, um projeto de lei que altera as atribuições da instituição foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

De autoria do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), o projeto estabelece que o BC deverá, além de controlar a inflação, estimular o crescimento e a geração de empregos. A proposta é controversa e foi criticada por economistas ouvidos pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Em sua justificativa, Lindbergh lembra que instituições de outros países, como o Federal Reserve (o BC dos Estados Unidos) e o Banco Central da Austrália, possuem como missão manter empregos, ao mesmo tempo em que precisam “assegurar o poder de compra da moeda” – em outras palavras, controlar a inflação. No Brasil, porém, o mandato do Banco Central está voltado apenas para este controle de preços e para a “manutenção de um sistema financeiro sólido e eficiente”. O crescimento econômico e a geração de empregos não fazem parte do escopo de atuação.

Vale observar que a aprovação na CAE é apenas o primeiro passo de uma longa jornada do projeto que ainda precisa passar pelo plenário do Senado e, se aprovado, vai para tramitação na Câmara dos Deputados. Se aprovado no Legislativo, o texto vai ainda para sanção presidencial.

Lindbergh defende que o BC coloque-se, “de forma explícita”, dentro do projeto de desenvolvimento do País. “Tal projeto almeja, entre outros objetivos, manter a inflação sob controle com a economia crescendo e gerando empregos”, afirma o senador, no texto da proposta. “Tem que ficar claro o óbvio: a taxa básica de juros e outros instrumentos de política monetária podem contribuir para melhorar (ou piorar) as condições econômicas para o crescimento e a geração de empregos.”

O BC não comenta a proposta. No entanto, desde que assumiu o comando da instituição, o economista Ilan Goldfajn vem defendendo que o BC é “solução, e não causa da recessão” no País. A leitura é de que o controle da inflação, por meio da Selic (a taxa básica de juros), vai contribuir para a retomada da confiança entre empresas e famílias e, conseqüentemente, para a retomada do crescimento e do emprego.

Mas o fato de a economia brasileira estar em frangalhos, podendo encerrar 2016 com retração próxima de 3,50%, conforme as projeções mais recentes do mercado, favoreceu a aprovação do projeto de Lindbergh na CAE do Senado, inclusive com o apoio de senadores da base do governo, como Ricardo Ferraço (PSDB-ES), José Aníbal (PSDB-SP) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Por trás disso está a percepção de que a política do BC não pode se limitar ao controle da inflação, já que os juros afetam a "vida real de cada cidadão", como citou Lindbergh. O senador pretende se reunir com o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), para solicitar que a matéria seja apreciada pelos parlamentares ainda em 2016.

Crítico à proposta, o economista Silvio Campos Neto, da Tendências Consultoria Integrada, lembra que o Fed tem atribuição ligada ao nível de emprego, mas ao mesmo tempo possui independência formal. "Se o BC é independente, ele pode se dar ao luxo, sem perda de credibilidade, de buscar alguns outros objetivos. A grande preocupação no caso do Brasil seria que, com essa nova atribuição, o BC, por não ser independente, ficasse ainda mais sujeito às pressões e tivesse que ceder a políticas populistas", pontuou.

Para Campos Neto, é importante neste momento que o BC se mantenha focado na tarefa de manutenção da inflação em níveis mais baixos. "Até porque, a confiança de que a inflação vai ser controlada é condição necessária para que você consiga atingir outros objetivos, como crescer de forma sustentável e gerar empregos", disse.

Ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC, o economista Alexandre Schwartzman acredita que o projeto de lei não vai prosperar no Congresso.

"De maneira geral, é uma má ideia. O mandato do Fed é pleno emprego e inflação baixa. Mas ele não dá nem numérico para o que é pleno emprego, nem numérico para o que é a inflação. E de qualquer forma, tem sido reinterpretado essencialmente como um mandato de metas de inflação", afirmou o economista. "O conhecimento dos últimos 40 anos de economia monetária é isso: você busca metas de inflação e, se tem inflação na meta, a economia está operando no potencial. E isso está no pleno emprego", acrescentou.

### **Reunião de análise de conjuntura do 1º dia do Copom terminou às 17h33**

30/11/2016 –Tribuna PR

Terminou às 17h33 desta terça-feira, 29, a reunião de Análise de Conjuntura do primeiro dia do encontro do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. Esta reunião, que havia começado às 14h30, contou com a participação do presidente do BC, Ilan Goldfajn, e dos diretores da instituição.

Ao todo, durou 3 horas e 3 minutos menos que as 4 horas e 50 minutos da reunião de Análise de Conjuntura do primeiro dia do encontro anterior do Copom, em outubro. Na manhã de hoje, os membros do Copom já haviam participado da reunião de Análise de Mercado, que começou às 10h48 e terminou às 12h10.

Nesta quarta-feira (30), Goldfajn e os diretores do BC voltam a ter uma rodada de discussões para definir o novo patamar da Selic (a taxa básica de juros), atualmente em 14,00% ao ano.

De um total de 70 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast, 60 esperam corte de 0,25 ponto porcentual da Selic e 10 aguardam por diminuição de 0,50 ponto porcentual.

### **Há desconfiguração da sazonalidade no mercado de trabalho, diz IBGE**

30/11/2016 –Tribuna PR

A crise alterou a sazonalidade que marcava o mercado de trabalho, então é possível que a taxa de desemprego não recue no último trimestre conforme o esperado. A avaliação é do coordenador de Trabalho e Rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cimar Azeredo. "Em função da desconfiguração da

sazonalidade, apostar em redução na taxa de desocupação no último trimestre fica mais complicado”, reconheceu Azeredo.

O País perdeu 604 mil postos de trabalho na passagem do trimestre encerrado em julho para o trimestre encerrado em outubro, contrariando o movimento de aumento nas contratações para as festas de fim de ano. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

“Essa perda de quase 600 mil postos de trabalho quase no final do ano é o quadro mais alarmante da Pnad Contínua. O desenho sazonal apontava para outra direção”, avaliou Azeredo.

Ao mesmo tempo, a população de inativos cresceu em 668 mil pessoas, enquanto a fila do desemprego ficou estatisticamente estável, com 195 mil indivíduos a mais em busca de uma vaga.

“Por que as pessoas estariam sendo demitidas agora? E por que as pessoas que deveriam estar procurando trabalho não foram (atrás de uma vaga)? Isso é uma descontinuidade da sazonalidade do período”, lembrou o coordenador.

“A desocupação estável dá uma primeira leitura favorável, mas a ocupação cai e a população fora da força de trabalho aumenta. As pessoas perderam emprego e não estão procurando trabalho. São pessoas que podem estar desestimuladas a procurar trabalho”, completou.

Azeredo diz que os trabalhadores demitidos podem ainda não ter tido tempo de buscar outra vaga, mas confirma que a estabilidade no total de desempregados tem indícios de desalento. Segundo ele, o desalento – quando uma pessoa não busca uma vaga porque acredita que não conseguiria encontrar emprego – é um fenômeno característico de períodos de crise.

A população inativa alcançou patamar recorde de 64,727 milhões de pessoas no trimestre encerrado em outubro. Em relação ao mesmo trimestre de 2015, a inatividade cresceu 2,3%, 1,462 milhão de pessoas a mais fora da força de trabalho.

Já a população ocupada caiu 2,6%, a maior queda já registrada pela série histórica iniciada em 2012 na Pnad Contínua, com 2,402 milhões de vagas eliminadas.

“O mercado de trabalho em pleno trimestre terminado em outubro, às vésperas de fechar o ano, tem uma situação desfavorável”, avaliou Azeredo.

## **Renda**

A renda média do trabalhador ocupado cresceu 0,9% no trimestre encerrado em outubro ante o trimestre anterior, encerrado em julho: passou de R\$ 2.006 para R\$ 2.025. No entanto, o movimento não é favorável, ponderou o coordenador Cimar Azeredo. Segundo ele, a renda média aumentou por causa do corte de vagas com salários mais baixos.

“Não temos aumento de dissídio algum, não temos aumento de salário mínimo. A conclusão que se chega é que as pessoas que perderam emprego com carteira assinada foram as de menores rendimentos, conseqüentemente, isso faz a média da renda subir”, disse Azeredo.

Segundo os dados da Pnad Contínua divulgada nesta terça houve redução de 303 mil postos de trabalho com carteira assinada no setor privado entre julho e outubro. A renda média para essa categoria de trabalhador aumentou 1,9% no período, crescimento acima da média Geral.

"A carteira assinada representa cerca de 50% da população ocupada", lembrou o coordenador do IBGE.

### **Efeitos da crise**

A crise no mercado de trabalho já resultou em 5,472 milhões de desempregados a mais no País. O cálculo foi feito por Cimar Azeredo, com base nos dados da população desocupada desde o trimestre encerrado em outubro de 2013 até o trimestre encerrado em outubro de 2016, quando houve a deterioração no emprego.

"Pela décima divulgação consecutiva, tivemos aumento significativo na taxa de desemprego", disse Azeredo, referindo-se à comparação com os mesmos trimestres do ano anterior.

A taxa de desemprego no País ficou em 11,8% no trimestre encerrado em outubro, mantendo-se no patamar recorde da série histórica, já registrado em agosto e setembro, a despeito da tendência sazonal de geração de vagas no fim do ano.

### **CAE aprova projeto que pode limitar taxa de juros do cartão de crédito em 28%**

30/11/2016 –Tribuna PR

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou nesta terça-feira, 29, um projeto que pode limitar os juros do cartão de créditos a duas vezes a taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A proposta seguirá para votação em Plenário.

A taxa do CDI mantém-se próxima à taxa básica de juros (Selic), que corresponde atualmente a 14% ao ano. Assim, se o projeto fosse transformado em lei nesta terça, a taxa anual dos cartões de crédito ficaria limitada ao dobro dessa quantia: 28%.

"Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para limitar os juros de cartão de crédito", diz o texto do projeto.

Autor do projeto, o senador Ivo Cassol (PP-RO) disse que os juros abusivos exigem limites regulatórios. Para Cassol, as taxas de juros "ainda são exorbitantes", especialmente as cobradas em empréstimos na modalidade do rotativo do cartão de crédito.

### **Temos de ter uma política que reduza os juros, diz Renan**

30/11/2016 –Tribuna PR

Na véspera da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, defendeu que o governo Michel Temer adote uma política econômica para a redução dos juros e a retomada do crescimento do País.

Fazendo coro às críticas de setores do governo e aliados políticos, entre eles o PSDB, Renan advertiu que os empresários brasileiros estão "desesperados" e o governo precisa adotar uma agenda em favor do crescimento.

Na sua avaliação, não é verdade a ideia de que a taxa de juros existente do Brasil vai melhorar a relação entre dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB). "Para melhorarmos, temos que ter uma política que abaixe os juros", defendeu Renan. Ele ponderou, no entanto, que não se trata de uma "interferência" na política do Banco Central.

Renan informou que no próximo dia 13 reunirá na sua residência em Brasília para um jantar um grupo de empresários para discutir uma agenda voltada para o crescimento. Segundo ele, a reunião foi marcada a pedido dos empresários.

Ele reforçou que o ajuste fiscal tem que ser entendido como um “dever e uma obrigação”, mas por si só não resolverá os problemas da economia brasileira. “Se não tomarmos medidas para reanimar a economia, vamos para onde? A receita vai cair”, advertiu.

O presidente do Senado defendeu a adoção de um modelo diferente, que não estimule o “rentismo”, porque, segundo ele, hoje investir no Brasil para os empresários é considerado uma “babaquice” diante do risco e da carga tributária elevados.

Renan avaliou ainda que o grande erro da ex-presidente Dilma Rousseff foi não compatibilizar o crescimento da economia com medidas para reanimar a economia. Segundo ele, a Agenda Brasil, proposta pelo Senado no ano passado, está andando, mas o País precisa de um plano para sair da crise.

### **Ato contra a PEC do Teto reúne dez mil pessoas e tem confusão em Brasília**

30/11/2016 –Tribuna PR

Após um carro ser tombado próximo ao gramado do Congresso Nacional, a Polícia começou a disparar bombas contra os manifestantes que protestam contra a votação da PEC do Teto, a Medida Provisória que reforma o Ensino Médio e mudanças no pacote anticorrupção. Houve correria dos manifestantes, que chegaram em frente ao prédio do Congresso e invadiram o espelho d’água.

Mais de 10 mil pessoas participam da manifestação, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, e gritam palavras de ordem como “Fora, Temer” e “Diretas Já”. O movimento teve início às 16 horas. Estão no protesto estudantes, representantes da CUT, MST, organizações ligadas às universidades federais, como Sintuff e grupos indígenas.

Estudantes num gigante lençol branco iniciaram a manifestação batizada de “Mar de Gente”. São ao todo 192 estudantes universitários, a maioria da UFMG. No grupo, há também integrantes da UnB.

Após a confusão no gramado da Esplanada dos Ministérios, um grupo de deputados e senadores deixou o Congresso para acompanhar a manifestação. Entre os parlamentares estavam o deputado Pepe Vargas, que foi ministro dos Direitos Humanos da ex-presidente Dilma Rousseff.

Para dispersar os manifestantes, que chegaram a lançar coquetéis motolov e a virar carros, a Polícia começou a disparar bombas de efeito moral e gás lacrimogênio. Houve corre-corre e gritaria. A tropa de choque está de prontidão para agir.

“Está perto de acontecer uma tragédia”, disse o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ). Ele contou que esteve fora do Congresso e pediu para que haja uma intervenção da presidência da Câmara para que a ofensiva da Polícia pare. Pela estimativa da polícia, cerca de 10 mil pessoas participam do protesto.

#### **Reforma do Ensino Médio**

Pela manhã, cerca de 2 mil estudantes se concentravam em frente ao Ministério da Educação. O grupo chegou a tomar uma das pistas da Esplanada dos Ministérios por cerca de 20 minutos, interrompendo o trânsito. Os estudantes se encaminhavam para o outro lado da pista, onde já estava em curso uma outra manifestação, de caminhoneiros.

Alvo de críticas de vários movimentos sociais, a polêmica PEC prevê que o aumento dos gastos do governo esteja atrelado à inflação, para quitar o déficit nas contas públicas que ultrapassa R\$ 170 bilhões.

## **BNDES avalia se cancela crédito a projetos de empresas da Lava Jato**

30/11/2016 – Bem Paraná

A diretoria do BNDES deverá decidir ainda neste ano se vai cancelar parte dos 25 contratos de exportação de serviços de construtoras envolvidas no escândalo da Lava Jato. "Estamos olhando um a um, o que nos abre uma frente de trabalho grande", afirmou o diretor da área internacional do banco, Ricardo Ramos.

"Temos algumas análises mais avançadas que outras. Neste ano ainda já começa a sair alguma coisa."

Suspenso desde maio, o financiamento do BNDES a esses projetos soma R\$ 7 bilhões, dos quais R\$ 2,3 bilhões já foram emprestados. O banco confirmou a suspensão desses empréstimos no mês passado.

A iniciativa ocorreu após o BNDES ser provocado pela AGU (Advocacia Geral da União), que questionava empréstimos a construtoras envolvidas em casos de sobrepreço de obras e pagamento de propina. Na ocasião, o BNDES informou que adotaria novos critérios de avaliação desses empréstimos, incluindo a análise de toda a estrutura financeira da empreitada, assim como a capacidade de a obra ser concluída.

Reportagem publicada pelo jornal "Valor Econômico" nesta terça (29) informa que o banco já tem informações sobre a viabilidade desses empreendimentos e cancelaria os contratos.

Nesta terça (29), porém, Ramos disse que a palavra final será da diretoria e que, neste momento, o banco avalia as condições dos países onde estão sendo feitas as obras, assim como a capacidade de as construtoras entregarem as obras. "Ainda não tem definição dos projetos que serão cancelados", disse.

"Evidentemente, nossa análise já andou [no último mês e meio]. Mas quem define isso é a diretoria e o MRE (Ministério de Relações Exteriores)."

Nesse conjunto em avaliação, há obras de Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, OAS e Queiroz Galvão em empreendimentos na Argentina, Honduras, Guatemala, Cuba, Venezuela, República Dominicana, Angola, Moçambique e Gana.

"Temos 25 contratos que estamos avaliando um a um, segundo os critérios que a gente colocou: andamento da obra, risco financeiro, exposição [do banco]. Basicamente, é uma avaliação de custo-benefício e até mesmo de negociação com o importador", acrescentou Ramos.

### **PAÍSES**

Além dos projetos, a equação avaliada pelo BNDES leva em conta também a situação financeira dos países onde estão sendo feitas as obras. São os países os que pagam os empréstimos ao banco.

"O risco do BNDES nas operações de exportação não é em relação às empreiteiras. Especificamente neste caso o risco são os países", acrescentou Ramos. O banco, porém, afirma que não houve falta de pagamento nesses contratos e que não está em questão alterar as condições financeiras das operações.

A inovação, segundo o superintendente da área internacional do banco estatal, Leonardo Pereira, é que os contratantes (importadores) terão que assinar termos de

conformidade (compliance) com o banco, iniciativa que também surgiu após a provocação da AGU. Apesar do aparente pente-fino, Ramos afirmou que o intuito do banco é que as obras sejam concluídas. "O foco, a responsabilidade do BNDES é de uma certa forma resolver a questão sem prejudicar a obra em si. É outro direcionador da nossa decisão."

## Pedágio no Paraná fica mais caro. Para o Litoral vai a R\$ 18,70

30/11/2016 – Bem Paraná

### TARIFAS POR PRAÇA DE PEDÁGIO

VALORES EM REAIS - ANO 20 - 01/Dez/2.016 a 30/Nov/2.017

LOTES E PRAÇAS	CAT 1	CAT 2	CAT 2a	CAT 3	CAT 4	CAT 4a	CAT 5	CAT 6	CAT 7	CAT 8	CAT 9
<b>LOTE 1 Econorte</b>											
Praça 1 Jacarezinho	19,30	34,20	38,60	29,00	51,30	57,90	38,60	68,40	86,50	102,80	9,70
Praça 2 Jabotinho	21,00	34,20	42,00	31,50	51,30	63,00	42,00	68,40	86,50	102,80	10,50
Praça 3 Santana	18,00	34,20	36,00	27,00	51,30	54,00	36,00	68,40	86,50	102,80	9,00
<b>LOTE 2 Viapar</b>											
Praça 1 Arapongas	8,20	14,00	16,40	12,30	21,00	24,00	16,40	28,00	36,00	42,00	4,10
Praça 2 Mandaguari	8,20	14,00	16,40	12,30	21,00	24,00	16,40	28,00	36,00	42,00	4,10
Praça 3 Pres. Castelo Branco	11,10	18,60	22,20	16,70	27,90	33,30	22,20	37,20	46,50	55,80	5,60
Praça 4 Floresta	12,30	21,00	24,60	18,50	31,50	36,90	24,60	42,00	52,50	63,00	6,20
Praça 5 Campo Mourão	12,30	21,00	24,60	18,50	31,50	36,90	24,60	42,00	52,50	63,00	6,20
Praça 6 Corbélia	12,30	21,00	24,60	18,50	31,50	36,90	24,60	42,00	52,50	63,00	6,20
<b>LOTE 3 Rod. das Cataratas</b>											
Praça 1 S. Miguel do Iguaçu	14,80	26,20	29,60	22,20	39,30	44,40	29,60	52,40	66,50	78,60	7,40
Praça 2 Céu Azul	11,30	20,00	22,60	17,00	30,00	33,90	22,60	40,00	50,00	60,00	5,70
Praça 3 Cascavel	12,20	20,60	24,40	18,30	30,90	36,60	24,40	41,20	51,50	61,80	6,10
Praça 4 Laranjeiras do Sul	12,20	20,60	24,40	18,30	30,90	36,60	24,40	41,20	51,50	61,80	6,10
Praça 5 Candió	12,20	20,60	24,40	18,30	30,90	36,60	24,40	41,20	51,50	61,80	6,10
<b>LOTE 4 Caminhos do Paraná</b>											
Praça 1 Prudentópolis / Relógio	12,20	22,80	24,40	18,30	34,20	36,60	24,40	45,60	57,00	68,40	6,10
Praça 2 Itaí	10,70	19,00	21,40	16,10	28,50	32,10	21,40	38,00	47,50	57,00	5,40
Praça 3 Porto Amazonas	12,20	22,80	24,40	18,30	34,20	36,60	24,40	45,60	57,00	68,40	6,10
Praça 4 Imbituva	10,70	19,00	21,40	16,10	28,50	32,10	21,40	38,00	47,50	57,00	5,40
Praça 5 Lapa	12,20	22,80	24,40	18,30	34,20	36,60	24,40	45,60	57,00	68,40	6,10
<b>LOTE 5 Rodonorte</b>											
Praça 1 Balsa Nova	7,90	15,00	15,80	11,90	22,50	23,70	15,80	30,00	37,50	45,00	4,00
Praça 2 Palmeira	11,30	17,80	22,60	17,00	26,70	33,90	22,60	35,60	44,50	53,40	5,70
Praça 3 Carambei	9,40	16,00	18,60	14,10	24,00	28,20	18,60	32,00	40,00	48,00	4,70
Praça 4 Jaguarina	7,10	11,80	14,20	10,70	17,70	21,30	14,20	23,60	29,50	35,40	3,60
Praça 5 Tibagi	10,50	17,20	21,00	15,80	25,80	31,50	21,00	34,40	43,00	51,60	5,30
Praça 6 Imbaú	10,50	17,20	21,00	15,80	25,80	31,50	21,00	34,40	43,00	51,60	5,30
Praça 7 Orizânia	10,50	17,20	21,00	15,80	25,80	31,50	21,00	34,40	43,00	51,60	5,30
<b>LOTE 6 Ecovia</b>											
Praça 1 São José dos Pinhais	18,70	31,60	37,40	28,10	47,40	56,10	37,40	63,20	79,00	94,80	9,40

(foto: Reprodução)

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (Agepar) homologou, na terça-feira, 29, a correção das tarifas de pedágio do Anel de Integração do Estado, que serão praticadas a partir de 1º de dezembro.

O reajuste anual contratual vai variar de 4,04% a 5,19%, valor abaixo da inflação do período, medida em 7,87%, segundo o IPCA.

A agência havia homologado anteriormente, também com vigência a partir de 1º de Dezembro, a aplicação da revisão tarifária, para cobrir os custos de obras não previstas em contrato, como viadutos e duplicações, ou obras cujo cronograma foi antecipado. Com isso, o reajuste anual nas tarifas, de acordo com cada concessionária, será o seguinte:

- Rodonorte e Ecovia - 4%;
- Ecocataratas - 5%;
- Viapar - 10%;
- Caminhos do Paraná - 11% e
- Econorte - 13%

## Toyota diz a Temer que investirá mais R\$ 600 milhões em Porto Feliz

30/11/2016 – Bem Paraná

Após investir, desde 2012, R\$ 500 milhões em sua unidade localizada em Porto Feliz (SP), para a fabricação de motores para o veículo Etios, a Toyota anunciou nesta terça-



feira (29) que investirá outros R\$ 600 milhões na mesma fábrica. Com isso, passará a fabricar na mesma unidade motores para o modelo Corolla, tanto para o mercado brasileiro como para o latino-americano.

O anúncio foi feito pelo presidente da empresa para a América Latina, Steve St. Angelo, após reunião com o presidente Michel Temer, no Palácio do Planalto. "Além de nacionalizar os motores do Corolla, esse investimento vai gerar aproximadamente 200 oportunidades de empregos diretos na Toyota", disse St. Angelo. Segundo ele, os valores serão aplicados até o segundo semestre de 2019.

"Nossa fábrica foi inaugurada este ano para a fabricação de motores para o Etios, que é nosso compacto. Desde 2012, foram investidos R\$ 500 milhões em valores da época. Na segunda etapa, serão mais R\$ 600 milhões", disse ele.

## **Montadoras vão financiar postos de carregamento para carros elétricos**

30/11/2016 – Folha de S. Paulo



Quatro das maiores montadoras do mundo anunciaram nesta terça-feira (29) que vão investir em pontos de carregamento rápido de baterias de carros elétricos na Europa, para impulsionar a "aceitação" ]":

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/11/1835456-avanco-no-carro-eletrico-nao-anima-motoristas-americanos.shtml> dos veículos.

Estimuladas pelo sucesso da Tesla, que recebeu grandes pré-encomendas para o seu carro Model 3, as rivais alemãs Volkswagen, Mercedes (da Daimler), BMW e a divisão europeia da Ford formaram uma joint venture para desenvolver 400 estações de carregamento.

Não foram divulgados dados sobre o investimento total. Um memorando de entendimento para a joint venture foi acertado na semana passada.

Superar a ansiedade de alcance e o medo de ficar sem energia antes de chegar a uma estação de carregamento é a chave para a aceitação generalizada do consumidor a veículos elétricos, que até agora têm preenchido apenas um nicho de mercado.

Reguladores de governos também têm avançado em projetos de infraestrutura de veículos elétricos.

Nos Estados Unidos, resta ver como a administração de Donald Trump vai abraçar tais projetos. Uma semana antes da eleição presidencial, a Casa Branca anunciou esforços para estimular a infraestrutura de carregamento de veículos elétricos.

Após o governo alemão aceitar ajudar a indústria automotiva com subsídios a carros elétricos, a pressão tem aumentado para que montadoras da Alemanha acelerem o desenvolvimento e implantação dessa infraestrutura.

O ministro alemão de Economia, Sigmar Gabriel, potencial concorrente de Angela Merkel em 2017, pediu que a Alemanha se torne líder em tecnologia de veículos elétricos.

Pontos de carga escassos, bem como preços mais altos para carros elétricos, têm sufocado a demanda do mercado de massa, apesar de incentivos de vendas que muitas vezes incluem assistência do governo.

## **Estudantes de Curitiba vão ajudar empresas canadenses a entrar no mercado brasileiro**

30/11/2016 - Gazeta do Povo

### ***Alunos prestam consultoria em análise de mercado e prospecção de clientes para três empresas ligadas à Universidade de Alberta***



Estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) estão ajudando três empresas canadenses que querem entrar no mercado brasileiro. Eles prestam consultorias em análise de mercado e fazem a prospecção de possíveis clientes para que os canadenses possam se instalar e começar a vender no Brasil. O projeto é uma parceria com a TECEdmonton, aceleradora ligada à Universidade de Alberta, no Canadá, que busca formar e expandir negócios locais.

O tamanho do mercado brasileiro e a possibilidade de ganhar escala atraíram as empresas canadenses. "São empresas de pequeno porte que conseguiram desenvolver produtos interessantes, mas que encontram uma pequena demanda no Canadá", afirma o coordenador do projeto, professor João Gustavo Ritter. As empresas também buscam entrar no México e no Chile.

Em todos os países, os estudos de mercado e viabilidade estão sendo feitos em parceria com universidades locais. Além de os serviços das grandes consultorias custar caro, os alunos possuem networking e conhecimento do mercado local que facilitam a prospecção de clientes. "Eles vão direto na fonte, pois são filhos, sobrinhos ou conhecem os diretores de empresas da cidade", diz Ritter.

#### ***Prática***

O projeto é também uma possibilidade de os estudantes colocarem em prática o que aprendem em sala de aula. Na primeira etapa, que está em fase de execução, eles estão verificando se existe mercado para as empresas canadenses. Eles vão até possíveis clientes apresentar o negócio e fazer a prospecção.

Se confirmado que haverá mercado, os alunos vão fazer estudos de viabilidade para indicar qual a melhor maneira de entrada no mercado brasileiro. As empresas podem vir a se instalar no Brasil, exportar seus produtos ou fechar parcerias com fornecedores locais.

#### ***Perfil***

Uma das empresas que está visando o mercado nacional é a Levven. A startup canadense de eletrônica cria projetos de espaços responsivos para organizações e residências. Entre as soluções está um controle de energia que dispensa a instalação

de fios elétricos e funciona a 75 metros de distância. Os receptores são instalados dentro da caixa elétrica e funcionam com interruptores sem fio para ligar e desligar dispositivos elétricos.

Outro negócio que também participa do programa é o Spieker Point. A empresa desenvolveu um sistema que usa técnicas de automação e análise preditiva para ajudar clientes corporativos a detectar problemas no fluxo de trabalho, como a perda de dados. A solução atende tanto indústrias quanto hospitais.

Já a CNC Industries atua no desenvolvimento de peças e equipamentos para as indústrias de mineração, extração de petróleo e construção civil.

## **Brasil sobe 12 posições em Ranking Global de Talentos**

30/11/2016 – Canal Executivo

O Brasil foi o maior destaque do novo estudo do IMD sobre desenvolvimento, atração e retenção de talentos, subindo 12 posições, para o 45º lugar, no Ranking Global de Talentos, que avalia a capacidade dos países de atender às necessidades corporativas.

O relatório representa uma avaliação anual da eficácia das nações em gerar e reter talentos para as empresas que atuam em suas economias. A classificação é baseada em mais de duas décadas de dados relacionados à competitividade, incluindo uma pesquisa em profundidade com milhares de executivos em 61 países.

“O maior vencedor no Ranking Global de Talentos é o Brasil, que subiu 12 posições neste ano. Embora esse seja um resultado surpreendente, precisamos considerar que o sucesso do País ocorreu praticamente devido ao mal desempenho de outras nações”, explica o professor Arturo Bris, diretor do Centro de Competitividade Mundial do IMD e responsável pelo estudo.

Com a melhora no resultado deste ano, o Brasil figura na melhor posição entre as economias latino-americanas avaliada, sendo seguido pelo Chile, classificado na 47ª posição no ranking geral e pela Colômbia, em 54º lugar. Logo após aparecem Argentina (55º), México (56º), Peru (59º) e Venezuela (61º).

A pesquisa foca em três categorias principais – investimento/desenvolvimento, atração e prontidão – que, por sua vez, são derivadas de uma gama muito mais ampla de fatores, tais como educação, aprendizagem, treinamento de funcionários, fuga de capital humano, custo de vida, motivação dos colaboradores, qualidade de vida, competências linguísticas, remuneração, taxas e impostos.

“O Brasil teve um resultado pobre em termos de investimentos públicos em educação. Estava em 45º no ranking, entre 60 países, e subiu para a posição 39, o que significa que as políticas públicas estão melhorando, mas ainda há muito a ser feito”, afirma Bris.

Além do Brasil, apenas a Áustria registrou melhora semelhante ao subir 11 posições no ranking, do 19º para o 8º lugar. Os países europeus, aliás, foram o grande destaque, ocupando 9 das 10 primeiras posições no estudo. Suíça e Dinamarca continuaram ocupando confortavelmente a primeira e segunda posição, como no ano passado, com a Bélgica em terceiro lugar, Suécia em quarto e os Países Baixos em quinto.

Finlândia, Noruega, Áustria, Luxemburgo e Hong Kong completam o top 10, com Alemanha (11), Islândia (16), Irlanda (18) e Reino Unido (20) também figurando no Top 20.

O professor Arturo Bris comenta: "Talento é um dos pilares da competitividade da Europa. É verdade que a região em geral continua a enfrentar uma série de problemas, incluindo baixo crescimento econômico. Mas a qualidade de seus sistemas de educação e o comprometimento com o desenvolvimento de talentos, desde uma idade baixa até a aposentadoria, devem preservar sua competitividade de longo prazo".

Por outro lado, muitas economias proeminentes decepcionaram, com os EUA ficando em 14º, como em 2015, o Japão em 30º e a China continental caindo para o 43º lugar.

O IMD é uma das mais bem avaliadas escolas de negócios, reconhecida como especialista em desenvolvimento de líderes globais através de educação executiva de alto impacto. Publicado desde 1989, o Índice de Competitividade Mundial (World Competitiveness Yearbook) é reconhecido como o mais renomado e abrangente guia sobre competitividade global.

O IMD é baseado em Lausanne, na Suíça e tem um Centro de Aprendizagem Executivo em Singapura.

### **Crise diminui renda e acaba com postos de trabalho em período integral**

30/11/2016 - Gazeta do Povo

***Renda dos brasileiros caiu 5% em 2015. Mercado de trabalho só abre vagas com salários mais baixos e jornadas menores***



A crise afetou os brasileiros de todas as faixas de renda no ano passado. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/2015), divulgada na semana passada pelo IBGE, mostram que o rendimento real do trabalho passou de R\$ 1.950 para R\$ 1.853, uma queda de 5% na comparação de 2015 com 2014.

Este é o primeiro recuo do índice em 11 anos. Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho sinaliza que a recuperação da renda deve ser lenta, já que a criação de novas vagas neste ano só apresenta saldo positivo para empregos com jornadas menores e que pagam até 1,5 salário mínimo, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Até outubro deste ano, houve o fechamento de cerca de 1 milhão de vagas de emprego com remuneração mais alta, acima de 1,5 salário mínimo. Apenas entre os três níveis salariais mais baixos (até 1,5 salário) houve saldo positivo de postos de trabalho, com cerca de 250 mil vagas criadas neste ano.

A maior força da geração de empregos no Brasil se concentra na faixa salarial entre 1,01 a 1,5 salário. Apesar de os números nesta faixa (saldo positivo de 74 mil) mostrarem uma melhora na comparação com o ano passado, quando as demissões superaram as contratações em cerca de 237 mil postos de trabalho, a evolução ainda é pequena. Em 2010, por exemplo, foram criadas 1,4 milhão de vagas nesta faixa salarial.

O brasileiro desempregado que busca uma recolocação no mercado de trabalho também enfrenta dificuldade em encontrar vagas de emprego formal com jornada acima de 30 horas semanais.

Segundo o Caged, houve o fechamento de cerca de 826 mil postos de trabalho com jornada entre 41 e 44 horas por semana de janeiro a outubro deste ano. No mesmo período, as contratações superaram as demissões em 107 mil vagas com jornadas menores, de até 30 horas por semana de trabalho.

A retrospectiva dos últimos seis anos mostra que em todos os grupos divididos por jornada havia saldo positivo na criação de postos de trabalho até 2014, quando aconteceu a primeira retração nas vagas com maior jornada (41 a 44 horas), com saldo negativo de 69 mil. A partir daí a deterioração do mercado de trabalho atingiu também a criação de vagas de 31 a 40 horas por semana, que registrou o fechamento de 176 mil postos de trabalho desde o ano passado até agora.

Fernando de Holanda Filho, pesquisador de Economia Aplicada da FGV/IBRE afirma que é difícil falar em recomposição da renda com a crise ainda persistente. "A tendência agora é que o mercado de trabalho só sinalize alguma melhora algum tempo depois da atividade econômica. Em geral, o mercado reage com certo atraso", diz.

Segundo o especialista, a criação de empregos com salários menores está relacionada ao processo de ajuste das empresas, que optam em demitir funcionários mais caros para contratar pessoas com salários menores.

### ***Mais ricos ficaram mais pobres***

O índice de Gini, que mede a concentração de renda, sofreu redução de 0,490 para 0,485, segundo a Pnad 2015. Neste caso, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade no país. Apesar de parecer uma boa notícia, a queda no índice ocorreu porque os mais ricos ficaram mais pobres e não porque a parcela mais pobre da população melhorou sua renda.

"Esse índice cai porque as pessoas que fazem parte dos 50% com mais rendimentos na distribuição da população tenham tido mais perdas em termos de rendimento do que a população mais pobre", afirma a gerente do estudo, Maria Lúcia Vieira. Portanto, a queda ocorreu por conta da crise econômica e não pela melhora na distribuição de renda.

### ***Paraná reduz ritmo de demissões em outubro***

As empresas paranaenses diminuíram o ritmo de corte de vagas em outubro, apesar do saldo negativo de 387 postos de trabalho no mês, segundo o Caged. No acumulado do ano, o fechamento chega a 21.571 postos de trabalho em todo o estado, maior parte na região metropolitana de Curitiba. A RMC fechou 19.635 vagas em 2016.

Isoladamente, a capital paranaense criou mais vagas de emprego do que demitiu em outubro, com 319 contratações a mais do que demissões no mês. No saldo do ano, o resultado é negativo com o corte de 13.606 postos de trabalho.

Somadas as regiões, o saldo do interior também é negativo, com 1.936 demissões a mais do que contratações de janeiro a outubro. O maior corte de vagas aconteceu na região centro-oriental do estado, com o fechamento de 4.471 postos de trabalho em 2016. (TBV)

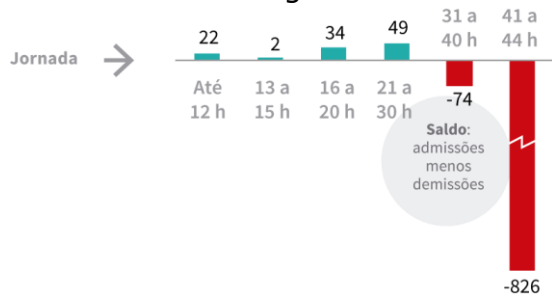
### ***Precarização***

O mercado formal de trabalho brasileiro só tem criado vagas nas faixas de renda até um e meio salário mínimo. Ainda assim, a criação de vagas neste ano só está positiva para empregos de até 30 horas semanais.

### Empregos por jornada

#### Saldo em 2016

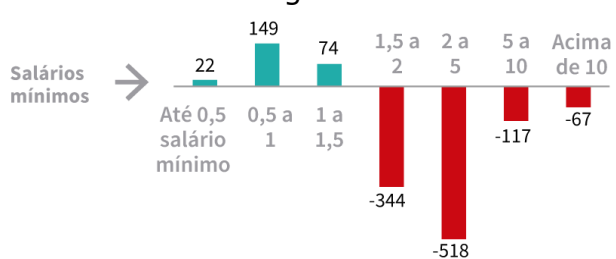
Em milhares de vagas



### Empregos por faixa de renda

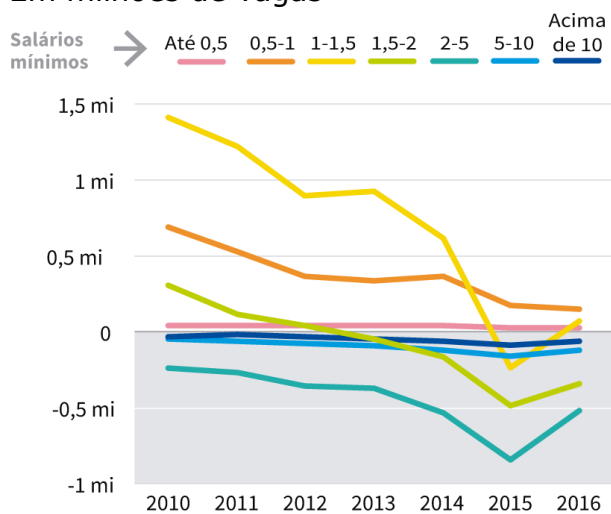
#### Saldo em 2016

Em milhares de vagas

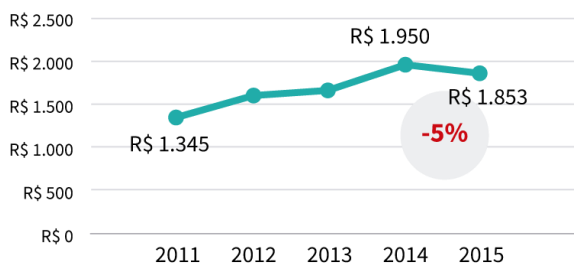


### Evolução do saldo desde 2010

Em milhões de vagas



### Renda média em queda



Fonte: Caged e Pnad 2015. Infografia: Gazeta do Povo.

## **Desemprego atinge nível recorde e afeta 12,042 milhões de brasileiros**

30/11/2016 - Gazeta do Povo



O país segue registrando aumento no número de desempregados. O total de desocupados alcançou o nível recorde de 12,042 milhões de pessoas no trimestre encerrado em outubro – 20 mil a mais do que no trimestre encerrado em setembro –, dentro da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado significa que há mais 2,971 milhões de desempregados em relação a um ano antes, o equivalente a um aumento de 32,7%. Ao mesmo tempo, o total de ocupados caiu 2,6% no período de um ano, o equivalente ao fechamento de 2,402 milhões de postos de trabalho.

A taxa de desemprego só não foi mais elevada porque 1,462 milhão de brasileiros migraram para a inatividade no período de um ano. O aumento na população que está fora da força de trabalho foi de 2,3% no trimestre encerrado em outubro ante o mesmo período de 2015.

Como consequência, a taxa de desemprego manteve-se no patamar recorde de 11,8% no trimestre até outubro, mesmo resultado registrado nos trimestres encerrados em agosto e setembro.

### ***Carteira assinada***

O país perdeu 1,323 milhão de vagas com carteira assinada no período de um ano. O total de postos de trabalho formais no setor privado encolheu 3,7% no trimestre encerrado em outubro ante o mesmo período do ano anterior, segundo os dados da Pnad Contínua.

Já o emprego sem carteira no setor privado teve aumento de 1,6%, com 165 mil empregados a mais. O total de empregadores aumentou 2,1% ante o trimestre encerrado em outubro de 2015, com 85 mil pessoas a mais.

O trabalho por conta própria encolheu 3,2% no período, com 725 mil pessoas a menos nessa condição. Houve redução ainda de 10 mil vagas na condição do trabalhador doméstico, 0,2% de ocupados a menos nessa função.

A condição de trabalhador familiar auxiliar também encolheu, 18,8%, com 478 mil ocupados a menos.

### ***Setores***

Em meio à crise na produção, a indústria permanece eliminando empregados no país. A atividade cortou 1,157 milhão de trabalhadores no período de um ano, segundo dados da Pnad Contínua.

O total de ocupados na indústria recuou 9,1% no trimestre encerrado em outubro ante o mesmo período do ano anterior. "Frente ao segundo ano da crise, a indústria ainda encolheu 1,157 milhão de vagas", ressaltou Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE.

A construção demitiu 501 mil postos de trabalho em outubro ante um ano antes, enquanto o comércio dispensou 454 mil empregados. “Justamente o comércio, que poderia estar se preparando para a Black Friday ou para o final do ano”, lembrou Azeredo.

Outras atividades que cortaram vagas foram agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-478 mil empregados), informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (-585 mil ocupados) e serviços domésticos (-4 mil empregados).

Houve aumento no contingente de trabalhadores de alojamento e alimentação (+326 mil empregados), administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (+236 vagas), outros serviços (+136 mil pessoas) e transporte, armazenagem e correio (+83 mil ocupados).

## **PIB do Brasil cai 0,8% no 3º tri e economia tem 7 trimestres de queda**

30/11/2016 – Folha de S. Paulo

A economia brasileira seguiu encolhendo no início do segundo semestre deste ano, reforçando a expectativa de que a recuperação da atividade, quando ocorrer, será mais lenta do que se esperava.

O IBGE informou nesta quarta (30) que o PIB contraiu 0,8% no terceiro trimestre (entre julho e setembro), ante os três meses imediatamente anteriores.

No acumulado em quatro trimestres, a economia encolheu 4,4%. Em relação ao terceiro trimestre do ano passado, a queda foi de 2,9%.

Há sete trimestres seguidos (um ano e nove meses) a economia brasileira retrai continuamente, numa das mais longas recessões da história do país.

É a mais longa sequência de quedas de acordo com a atual série histórica das Contas Nacionais, do IBGE, iniciada no primeiro trimestre de 1996.

O resultado negativo já era esperado por economistas e analistas do mercado financeiro, que vinham chamando atenção para resultados negativos mês após mês, sobretudo na produção da indústria, nas vendas do comércio e na concessão de crédito bancário.

A aposta central entre 48 estimativas coletadas pela Bloomberg para o PIB do 3º trimestre era de uma queda de 0,9%. Em relação ao mesmo período de 2015, o recuo esperado era de 3,2%.

Segundo o Comitê de Datação de Ciclos da Fundação Getúlio Vargas, a recessão é ainda mais longa e começou no segundo trimestre de 2014. A FGV, diferentemente do IBGE, leva em consideração outros elementos, como condições do mercado de trabalho, para fixar os ciclos econômicos.

Nos dados do PIB, o IBGE verificou que o consumo das famílias recuou 0,6%, o que condiz com o desemprego em alta e a queda na renda.

O consumo tem impactos sobre o setor de serviços —que inclui desde comércio e atividade financeira a escolas privadas—, que encolheu 0,6%. Serviços respondem por 72% do PIB.

Não à toa, ambos também retraem há sete trimestres consecutivos, algo igualmente inédito na série histórica do IBGE.



Pelo lado da produção, a indústria reverteu a ligeira melhora observada no trimestre anterior e voltou ao terreno negativo. Em relação ao segundo trimestre deste ano, a queda foi de 1,3%.

O resultado da indústria foi influenciado pela indústria de transformação e pela construção civil, que declinaram 2,1% e 1,7% no trimestre (ante o segundo). Em ambos os casos, a retração no trimestre foi a pior registrada neste ano.

A agropecuária caiu 1,4%. É o setor que vinha resistindo à crise, embora tenha pouco impacto no resultado final, pois contribui com cerca de 5% do produto brasileiro.

O setor público ficou negativo no terceiro trimestre. Ante os três meses encerrados em junho, a queda foi de 0,3%.

### **INVESTIMENTOS FRUSTRADOS**

O terceiro trimestre foi marcado pela alta da confiança de empresários e investidores com a mudança da política econômica. Embora ainda abaixo da média, a confiança passou a subir rapidamente e encorajou expectativas de que os investimentos e o consumo voltariam.

O resultado dos investimentos no segundo trimestre ajudou a alimentar as expectativas mais otimistas. Após trimestres seguidos no vermelho, os investimentos voltaram ao campo positivo. No terceiro trimestre, porém, o número voltou a cair 3,1%.

A razão da melhora da confiança eram as perspectivas de que o governo Michel Temer (ainda interino) conseguiria reverter os efeitos da crise política e econômica e conduziria reformas que controlariam a evolução insustentável dos gastos do governo. Pouco após ser confirmado no cargo, em agosto, Temer conseguiu fazer avançar na Câmara e no Senado a PEC do Teto de Gastos, o que reforçou a confiança.

Mas a crise política não cedeu, com o afastamento de ministros e a revelação de investigações envolvendo políticos. Isso passou a suscitar dúvidas sobre a capacidade do atual governo em aprovar as reformas, principalmente a da Previdência.

Frustrando a confiança, a atividade econômica também não apareceu, emperrada pelo desemprego elevado, cenário externo incerto e endividamento de empresas e famílias. Com isso, a confiança voltou a declinar, já em novembro, em razão da frustração com a debilidade na retomada da economia.

Antes mesmo da divulgação oficial, nesta quarta, economistas já tinham revisado para baixo o crescimento da economia neste e no próximo ano. O próprio governo cortou sua projeção de expansão em 2017 de 1,6% para 1%.

Em meados de setembro, a retração esperada para este ano era de 3,1%. Agora, segundo a pesquisa semanal Focus, do BC, piorou para uma queda de 3,4%.

### **REVISÃO**

Na divulgação do PIB do terceiro trimestre, o IBGE informou que reviu os dados de 2015 e 2016.

No segundo trimestre, o PIB retraiu menos: -0,4% ante -0,6% da medição divulgada anteriormente.

O primeiro trimestre teve uma queda mais acentuada, em vez de -0,4%, o PIB caiu -0,5%.

O IBGE também revisou os números de 2015.

No primeiro trimestre do ano passado, a variação ante o trimestre anterior, em vez de uma queda de 1,2%, o IBGE verificou uma queda de 0,9%. No terceiro e quarto trimestres, a retração do PIB foi revisada de -1,5% para -1,6% e o quarto trimestre, de -1,3% para -1,1%.

Apesar da revisão dos números de 2015, a retração verificada no ano não mudou e foi de -3,8%.

### **Entenda o que é o PIB**

O PIB, Produto Interno Bruto, é um dos principais indicadores de uma economia. Ele revela o valor adicionado à economia em um determinado período.

O PIB pode ser calculado pela ótica da oferta e pela ótica da demanda. Os métodos devem apresentar o mesmo resultado.

Desde o último trimestre de 2014, o IBGE passou a aplicar diretrizes da ONU que alteraram parcialmente os cálculos para o PIB. Investimentos em pesquisa e desenvolvimento, prospecção e avaliação de recursos minerais (mesmo que não sejam encontradas, por exemplo, jazidas de minério ou petróleo) e aquisição de softwares passaram a ser contabilizados no PIB.

Antes, eram encarados como despesas intermediárias e descontadas do cálculo. Pela nova metodologia, os gastos governamentais com a compra de equipamentos militares também passam a ser considerados como investimento, por exemplo.

## **Mineradoras voltam a pagar dividendos, mas sem bonança: Gadfly**

30/11/2016 – UOL Economia

O último ano não foi dos melhores para quem esperava ganhar em cima dos dividendos das mineradoras.

O rendimento dos dividendos do índice Bloomberg World Mining caiu para 1,4 por cento na segunda feira, o menor nível desde 2011 e muito aquém do rendimento de 1,79 por cento oferecido pelos títulos do Tesouro americano com prazo de cinco anos. Mas há razões para otimismo.

A Vale, líder mundial em minério de ferro, avisou que vai retomar o pagamento de dividendos apenas 10 meses depois de a direção ter tentado suspender essa distribuição. A Glencore talvez retome os pagamentos após suspender duas parcelas, de acordo com previsões de Credit Suisse Group, UBS e Macquarie Group. As projeções dos analistas para o rendimento dos dividendos vêm subindo há quatro meses.

Seria uma mudança bem-vinda no ciclo de capital dos investidores do setor de mineração.

A disparada dos preços das commodities na década passada deu lugar a um tombo no ano passado, que deixou as grandes mineradoras com dívidas grandes e lucros pequenos. Os acionistas foram a saída da enrascada.

Os investimentos foram reduzidos, assim como a distribuição de dividendos. Investidores com esperanças na sobrevivência de suas empresas precisaram respirar fundo. O pagamento agregado de dividendos nos 12 meses passados por integrantes do índice Bloomberg World Mining recuou no último trimestre para o menor nível em anos.

Agora, o subíndice Bloomberg Industrial Metals, que acompanha o mercado de futuros, acumula alta de 27 por cento no ano. Minério de ferro e carvão térmico, que representam boa parte da receita da BHP Billiton e da Rio Tinto Group, avançaram

mais de 80 por cento. A Glencore se beneficiou com a disparada do preço do carvão. No mercado de coque, liderado pela BHP, a alta foi de quase 300 por cento.

Tudo isso representa boas e más notícias para os investidores do setor de mineração. Com a recuperação dos preços das commodities, as ações das mineradoras também se recuperaram. No grupo que inclui as quatro grandes mineradoras com ações negociadas no Reino Unido e a Vale, somente Glencore e BHP têm papéis (um pouco) abaixo das cotações observadas no início de 2015.

A má notícia para quem espera renda com dividendos é praticamente a mesma: os acionistas já estão sendo generosamente recompensados com ganhos de capital.

Outro ponto importante é que a ressaca que vem após os preços das commodities desabarem pode ser surpreendentemente demorada. Os lucros das empresas não se beneficiam automaticamente da alta de preços. A Glencore, por exemplo, realizou a venda a termo de 15 milhões de toneladas de carvão no primeiro semestre de 2016, quando os preços estavam baixos, e, portanto, perdeu a disparada subsequente dos preços.

Dívidas podem durar mais que qualquer ressaca. A montanha de empréstimos acumulada durante o período de avanço dos preços está sendo desbastada lentamente. E até virar um montinho, os acionistas não devem esperar os dividendos aos quais se acostumaram na década passada.

A política de dividendos de uma companhia é uma espécie de contrato com o futuro. A capacidade dos administradores de atingir suas metas de pagamento é um indicador útil da credibilidade deles. Poucos executivos do setor acreditam que haverá na próxima década um movimento de alta de preços como se viu na década passada.

Os dividendos das mineradoras voltarão, mas não na magnitude do passado. O futuro está incerto demais para apostas.

Esta coluna não necessariamente reflete a opinião do conselho editorial da Bloomberg LP e seus proprietários.

## **Equilíbrio fiscal e crescimento econômico andam juntos**

30/11/2016 – Folha de S. Paulo

A semana passada não deixará saudades. O presidente da República, Michel Temer, foi arrastado para dentro de uma disputa lamentável entre dois de seus ministros.

A natural tentativa de acomodação entre as partes nem de longe sugere que a administração viria a aceitar que o interesse particular preterisse o geral.

Tanto foi assim que as decisões das autoridades competentes ficaram intactas. A situação acabou ainda mais confusa porque, no Congresso, alguns insensatos ameaçam a estabilidade institucional ao tentarem prevenir-se dos efeitos do incesto cometido nas relações entre o setor privado e o poder político no processo eleitoral.

Objetivamente nada mudou. Mas é claro que se gerou mais uma "crise política" que aumenta as incertezas na aprovação, pelo Congresso, das medidas propostas pelo presidente Michel Temer para criar a "expectativa" da volta de um relativo equilíbrio fiscal.

A aprovação é, ao mesmo tempo, condição necessária (ainda que não suficiente) para a volta do crescimento econômico, sem o qual o próprio equilíbrio fiscal nunca se realizará.

Trata-se de um complexo e delicado problema de expectativas que interagem entre si à medida em que vão (ou não) se realizando, num processo em que "causa" e "efeito" se retroalimentam...

Logo depois da posse interina de Temer assistimos à melhoria de todas as "expectativas". Infelizmente, elas não se materializaram. Talvez por dificuldades de comunicação do governo e na execução da política econômica.

Há sérias dúvidas, por exemplo, sobre a eficácia da política anunciada "urbi et orbi" que tínhamos em 2016 uma política fiscal fortemente contracionista.

Primeiro, porque assustou o setor privado que sofreu o contracionismo efetivo de 2015 e viu a demanda global desabar e, segundo, porque há sérias dúvidas se ela será, de fato, contracionista.

Quanto à política monetária, esta, sim, tem sido restritiva: houve aumento da taxa de juro real e recusa a enfrentar a necessidade de sustentar uma taxa de câmbio real competitiva e relativamente estável, o que inibe o investimento e as exportações industriais, dois vetores do crescimento.

Sem uma acomodação do crédito para mitigar a alavancagem do setor privado e sem a garantia de uma taxa de câmbio real adequada, é muito pouco provável que se restabeleça uma "expectativa" de crescimento e que volte à vida a indústria nacional. E, sem elas, o equilíbrio fiscal, apesar de ser absolutamente necessário, continuará apenas uma ilusão...

## **Mangels aprova aditivo ao plano de recuperação judicial**

30/11/2016 – Automotive Business

A fabricante de rodas Mangels aprovou em assembleia geral de credores o aditivo ao plano de recuperação judicial, que altera condições de pagamento estabelecidas no plano inicial homologado no fim de 2014.

O aditivo foi aprovado pelos credores em 16 de novembro e homologado no dia 24, quinta-feira. A empresa afirma ter recorrido à medida por causa do cenário econômico atual, apesar dos resultados da reestruturação e do cumprimento do plano aprovado há dois anos.

“Apesar dos nossos esforços e dos resultados positivos que temos alcançado, as condições de pagamento definidas em 2014 tornaram-se inviáveis diante da crise econômica atual”, afirma o diretor de finanças, administração e relação com investidores, Fábio Mazzini, responsável pela reestruturação.

A Mangels foi a fornecedora escolhida entre 2015 e 2016 para mais de 50 novos projetos de rodas para montadoras. A receita líquida acumulada até o terceiro trimestre de 2016 chegou a R\$ 340,1 milhões, ligeiramente superior à obtida no mesmo período de 2015.

A empresa informa que, paralelamente ao esforço para ampliação de receita, adotou iniciativas para redução de custos como diminuição do quadro de executivos de 52 para 25 e do estoque de matéria-prima de 13 para 3 dias, mais a renegociação de quase todos os contratos com fornecedores.

Na área industrial teriam sido implantadas medidas de redução de despesas, todas representando cortes nos custos operacionais. Como consequência, a Mangels informa ter fechado o terceiro trimestre com um Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) acumulado de R\$ 23,9 milhões, revertendo o resultado

negativo. Entre 2013 e 2016 a geração de caixa/Ebitda teve acréscimo de mais de R\$ 110 milhões.

## **AZ Armaturen investiu mais de R\$ 10 mi nos últimos anos em maquinário e em expansão**

30/11/2016 – CIMM

Para enfrentar a crise econômica que afeta o país, conquistar novos clientes e aumentar a participação no mercado, a fabricante de válvulas especiais AZ Armaturen do Brasil investiu nos últimos anos mais de R\$ 10 milhões em maquinário e em uma unidade de microfundição própria.

As aquisições levaram à ampliação do parque fabril da companhia em Itatiba (SP), ao lançamento de novos produtos e serviços e à abertura de unidades na América do Sul. Com estas iniciativas, a companhia conseguiu aumentar o ritmo de atividades, bem como conquistar e manter clientes em busca de soluções capazes de garantir maior competitividade no mercado.

Entre outras melhorias, os investimentos da AZ Armaturen levaram à readequação de projetos e à construção dos novos modelos de válvulas produzidas em seu moderno parque fabril; ao início da prestação de serviços de fundição ao mercado; e ao lançamento pioneiro no país de válvulas macho com certificação SIL (Safety Integrity Level), o que atesta as melhores práticas de engenharia e segurança ao longo do projeto e vida dos produtos. A empresa também expandiu a atuação com a abertura de unidades no Peru e no Chile, ampliando a clientela na América Latina.

“Nos fortalecemos nos últimos anos como fornecedores de soluções de alta performance para o mercado industrial, sempre ofertando válvulas conhecidas pela durabilidade, ausência de manutenção, alta confiabilidade e eficiência do processo”, enfatiza Alexander Schmidt, diretor da AZ Armaturen do Brasil. “Além disso, disponibilizamos para indústrias dos mais diversos segmentos serviços de fundição que seguem o molde de qualidade alemão, de nossa matriz”.

Filial da alemã AZ Armaturen – que há mais de 50 anos fornece para as maiores empresas do mundo válvulas especiais de alta performance – a AZ Armaturen do Brasil está no país há 21 anos e atende companhias dos mais diversos segmentos, entre eles químico, petroquímico, de papel e celulose, petróleo e gás, siderúrgico, mineração e alimentício.

A empresa mantém engenharia de projetos no Brasil, o que favorece o dimensionamento e a customização de válvulas macho de acordo com as necessidades específicas das indústrias locais.

“A proximidade com os clientes e o constante investimento em novas soluções têm nos permitido enfrentar com mais confiança os desafios impostos pelo atual momento econômico do país”, conclui Schmidt. “Para garantir nossa posição no mercado, acreditamos que nunca podemos deixar de investir e traçar novas metas”.

## **Arcelormittal e metalúrgicos encerram disputa jurídica com acordo de r\$ 32 milhões**

30/11/2016 – Inda

Uma disputa jurídica de mais de dez anos entre o Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (Sindmon-Metal), na região Central do Estado, e a siderúrgica ArcelorMittal teve fim na última quarta-feira.

De acordo com informações divulgadas pela entidade representante dos trabalhadores, as partes chegaram a um acordo na Justiça do Trabalho e agora a empresa vai pagar o equivalente a R\$ 32 milhões referentes aos processos.

## **Minério supera marca de US\$ 80**

30/11/2016 – Inda

A demanda maior pelo produto na indústria siderúrgica, uma demonstração de disciplina de oferta pelas mineradoras e a especulação financeira atuando como combustível desses fatores levaram o minério de ferro acima dos US\$ 80 por tonelada pela primeira vez desde setembro de 2014. Ontem, a commodity com teor de 62% fechou cotada em US\$ 80,83 no porto chinês de Qingdao, segundo a "Metal Bulletin" - maior nível em 2016 e em mais de 26 meses.

Para Carsten Menke, analista do banco suíço Julius Baer, apesar de essa cotação parecer insustentável, dada a pressão atual do excesso de oferta, o nível pode permanecer alto por mais tempo do que se pensava. Ao Valor, Menke lembrou que o período sazonalmente mais fraco para a produção de aço na China já se iniciou, mas no início do ano a oferta também fica comprometida, por conta de questões climáticas no Brasil e na Austrália.

"Temos esses problemas de fornecimento todo início de ano. Isso pode prolongar a força do minério até por volta do fim do primeiro trimestre até começo do segundo de 2017", disse. "Mas ainda estou convencido de que estruturalmente o cenário é pior para a produção de aço na China e, conseqüentemente, para a demanda por minério."

A estimativa do banco é de US\$ 65 por tonelada para a commodity nos próximos três meses. Em um horizonte de 12 meses, a expectativa é de US\$ 50. Em relatório, o J.P. Morgan revelou na semana passada previsão de US\$ 54 para a média do ano que vem. Analistas consultados pelo Valor calculam algo próximo a US\$ 55.

"Alguns fatores contribuem com a alta, como a desvalorização do yuan [frente ao real], a perspectiva melhor para o setor como um todo, de consumo futuro mundial, mas uma das coisas que mais pesam é a decisão das grandes empresas de não colocar todo o volume disponível no mercado", afirma um especialista na área, que não quis se identificar. Ele cita, por exemplo, a curva de aprendizagem mais demorada de Roy Hill e Pilbara, na Austrália, além do próprio S11D, da Vale, cujo pico agora é esperado para 2019.

Em 2016, o minério já saltou 85,5%. Só no quarto trimestre até agora, a média de preços atingiu US\$ 64,70, 30% acima do observado nos mesmos dias do ano passado. Se a Vale influenciou a tendência decidindo ser mais cautelosa no fornecimento, vai se beneficiar da valorização diretamente: em reais, a cotação média ultrapassa os R\$ 200, ante R\$ 190 em 2015. O ganho potencial na receita da empresa é de quase R\$ 1 bilhão no trimestre.

Outra matéria-prima do aço que também subiu bastante recentemente, o carvão metalúrgico pode reforçar também o balanço da mineradora. O insumo chegou a cerca de US\$ 320 por tonelada, ante US\$ 80 no ano passado. Em reais, a diferença é de R\$ 700, e em termos de faturamento, de quase R\$ 1,5 bilhão.

É importante notar, contudo, que o preço médio das duas commodities vendidas pela Vale depende de outros fatores, como a média de concentração do material vendido e quanto foi comercializado no período ao preço à vista. Analistas esperam, porém, um trimestre de crescimento.

O carvão, indiretamente, também ajudou a impulsionar o minério. Para tentar se safar dessa inflação de custos, as usinas passaram a procurar insumo de melhor qualidade, tanto que o prêmio do produto com teor de 65% sobre o de 62%, que é a referência, foi de US\$ 4 a US\$ 14 em menos de seis meses, prevendo maior eficiência na produção.

"Isso até ajuda a tirar mineradoras chinesas [de maior custo] do sistema, mas por enquanto acreditamos que o movimento, em geral, é de curto prazo", comenta Felipe Beraldi, da Tendências Consultoria. "O que pode acontecer, se for esticado demais o prêmio, é que as siderúrgicas passem a achar mais interessante usar o minério por mesmo, ou o custo subirá demais", acrescenta. O analista vê a commodity chegando próximo a US\$ 50 no segundo semestre do ano que vem.

### **Superintendência do Cade recomenda condenação do instituto Aço Brasil**

30/11/2016 – Inda

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) encaminhou ao tribunal do órgão processo aberto contra o Instituto Aço Brasil (IABr) manifestando-se pela condenação do Instituto, com aplicação de multa, por entender que suas condutas configuraram exercício abusivo do direito de petição com finalidade anticompetitiva no mercado de vergalhões. O despacho da Superintendência com a recomendação de condenação está publicado no Diário Oficial da União (DOU).

O IABr reúne as empresas ArcelorMittal, Aperam, CSN, Gerdau, Sinobras, Thyssenkrupp, Usiminas, Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil, Vallourec, Villares Metals e Votorantim Siderurgia. De acordo com o artigo 3º do estatuto social do IABr, o instituto tem por objetivo representar e promover as empresas siderúrgicas brasileiras, defendendo os interesses delas no País e no exterior.

Segundo a denúncia da Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Aço (Abrifa) que motivou a abertura do processo pelo Cade, o Instituto teria ajuizado diversas ações judiciais para impedir a importação de vergalhões de aço por empresas estabelecidas no mercado brasileiro.

"Mais precisamente, o IABr estaria ajuizando ações cautelares de produção antecipada de provas, com pedido de liminar, questionando a conformidade das mercadorias importadas com as normas técnicas brasileiras", cita o texto divulgado pelo órgão antitruste. "Em razão dessas ações, as cargas de vergalhões de aço importado estariam sendo retidas nos portos até a realização de perícias, causando inúmeros custos aos importadores e impedindo a circulação da mercadoria no País", acrescenta.

Com a conclusão do parecer pela Superintendência, o caso é encaminhado ao tribunal do Cade, a quem cabe tomar a decisão final, acatando ou não a recomendação dada pela Superintendência.

### **Rio Tinto vê possível aumento em demanda e menos burocracia com governo Trump**

30/11/2016 – Inda

O presidente da Rio Tinto, Jean-Sébastien Jacques, disse nesta sexta-feira que a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos poderia ajudar a impulsionar a demanda por commodities e reduzir a burocracia, incentivando a indústria de mineração.

A segunda maior companhia de mineração do mundo há muito planeja explorar uma mina de cobre no Estado do Arizona com a BHP Billiton, chamada Resolution, mas o

projeto ainda precisa de autorizações do governo, com os pedidos em suspenso devido a oposições no Congresso por preocupações ambientais.

"O processo de liberação nos EUA é muito, muito lento", disse Jacques.

"Eu tenho dizer que se a intenção do governo Trump é cortar a burocracia, pode haver benefícios significativos para todos nós", disse o presidente em evento do Clube de Mineração de Melbourne.

Separadamente, Jacques não quis comentar sobre quando a Rio Tinto espera receber seu primeiro pagamento da chinesa Chinalco referente à venda de sua participação de 46,6 por cento no projeto de 20 bilhões de dólares de minério de ferro em Simandou, na Guiné, acordada em outubro.

"Nós precisamos fechar o acordo primeiro", disse ele. Até então, a Rio havia apenas assinado um acordo formal com a estatal Chinalco, disse Jacques.

## **Produção de aço deve cair 7,6% em 2016**

30/11/2016 – DCI

A indústria siderúrgica voltará aos patamares de 2009. Tanto o consumo aparente quanto as vendas internas devem cair em 2016, informou ontem o Instituto Aço Brasil (IABr). A produção de aço bruto deve recuar 7,6% no ano.

Segundo o IABr, a produção deve atingir 30,7 milhões de toneladas de aço bruto, menor volume desde 2009. Já o consumo de produtos siderúrgicos deve baixar 16,2% em relação ao ano passado, a 17,9 milhões de toneladas.

As vendas internas devem recuar 10,1% na mesma base, para 16,3 milhões de toneladas. "O setor siderúrgico vive a pior crise da sua história", comentou o presidente executivo do IABr, Marco Polo de Mello Lopes. Para 2017, a entidade prevê alta de 3,5% do consumo aparente.

## **Vale reduzirá investimentos em 2017**

30/11/2016 – DCI



A Vale informou nesta terça-feira (29) que deve reduzir em aproximadamente 20% os investimentos em 2017, para cerca de US\$ 4,5 bilhões, ante os US\$ 5,6 bilhões previstos para este ano.

"Queremos mostrar aos nossos investidores que estamos cada vez mais disciplinados com relação à gestão do capital", afirmou o diretor-executivo de finanças e relações com investidores da mineradora, Luciano Siani, durante apresentação no Vale Day, em Nova York.

Para 2017, a companhia prevê produção entre 360 milhões e 380 milhões de toneladas de minério de ferro ante a banda de 340 milhões a 350 milhões estimadas para este



ano. Apesar do aumento recente dos preços da commodity, o diretor de ferrosos e estratégia, Peter Poppinga, disse que não há planos de elevar a produção até 400 milhões de toneladas, projeção divulgada no Vale Day de 2015 e modificada ao longo deste ano. "Prefiro ser precavido e dizer que queremos otimizar as margens e não aumentar a produção", declarou ele.

O preço do minério de ferro começou a apresentar forte queda a partir do final de 2014, mas neste ano voltou a mostrar recuperação, alcançando patamar próximo de US\$ 80 a tonelada em novembro.

O presidente da Vale, Murilo Ferreira, comentou que os analistas esperavam um cenário mais retraído para a China, responsável pela metade do consumo de commodities no mundo. "Desde o final de 2015, os negócios no país estão indo bem. Tanto é que os níveis de preços estão em um patamar mais elevado", disse.

#### Desinvestimentos

Ferreira destacou que a companhia está mais próxima de vender ativos na área de fertilizantes e que, diante do cenário de preços mais favorável para as outras commodities da carteira da Vale, o programa de desinvestimentos vai ocorrer de "forma mais moderada."

"Estamos mais próximos de vender ativos de fertilizantes. Feito isso, vamos fazer uma análise das operações mais estruturadas. Nós nunca dissemos que iríamos vender minas de minério de ferro, só dissemos que não temos vacas sagradas", pontuou o executivo.

Sobre a Samarco, Ferreira informou que espera fechar um acordo com a BHP ainda no próximo mês para viabilizar o retorno das operações da empresa em 2017.

### **Rali no minério e corte de gastos dão tempo para Vale repensar venda de ativos**

30/11/2016 – DCI

A mineradora Vale, maior produtora de minério de ferro do mundo, está aproveitando os recentes ganhos nos preços de metais e minerais e o sucesso das medidas de cortes de gastos para repensar o ritmo do plano de venda de ativos para reduzir a dívida, disseram executivos nesta terça-feira.

Melhores preços de realização de minério e maiores taxas de recuperação na produção podem ajudar a Vale a gerar 2,2 bilhões de dólares no próximo ano em fluxo de caixa livre --o dinheiro que resta para obrigações e acionistas após o pagamento de todos os gastos--, acelerando os planos de redução de dívidas, disse o presidente Murilo Ferreira a investidores da companhia em Nova York.

Os preços do minério de ferro na bolsa de Dalian subiram cerca de 180 por cento no ano.

Ferreira e outros executivos esperam em breve o anúncio de diversos desinvestimentos não revelados que poderiam ajudar a Vale a cortar a dívida líquida para uma faixa de 15 bilhões a 17 bilhões de dólares no próximo ano.

No ano passado, em meio a um declínio nos preços do minério e do metal, Ferreira estipulou uma meta de eliminar ativos não essenciais para ajudar a reduzir a dívida em 10 bilhões de dólares até 2017.

"A mensagem chave é que estamos em uma posição muito mais confortável para pensar melhor sobre os desinvestimentos", disse o diretor financeiro da Vale, Luciano

Siani, durante o mesmo evento. "Não devemos nos enganar, temos que continuar buscando essa meta incansavelmente."

Os comentários ressaltam a estratégia de Ferreira de tornar a Vale uma competidora de custo competitivo em um mercado abalado pela desaceleração global e pela sobrecapacidade da indústria de aço nos últimos anos.

Com os preços das commodities se recuperando à medida que o novo ano se aproxima, sua tática está tendo retorno mais rápido do que o esperado e está permitindo à Vale evitar vender unidades, que poderiam adicionar crescimento à medida que a economia mundial se recupera.

Além disso, esses esforços estão reduzindo a necessidade da Vale por gastos de capital nos próximos anos.

A companhia reduziu o orçamento para investimentos planejados para 4,5 bilhões de dólares no próximo ano e para 2,9 bilhões de dólares em 2021, ante 5,6 bilhões de dólares neste ano.

### PRODUÇÃO DE MINÉRIO

A mineradora Vale estima elevar sua produção de minério de ferro para uma faixa entre 360 milhões e 380 milhões de toneladas em 2017, ante 340 milhões a 350 milhões em 2016, disseram executivos da companhia.

A produção deverá subir também em 2018 e 2019, estacionando na faixa de 400 milhões a 450 milhões de toneladas anuais em 2020 e 2021, segundo a apresentação.

## **Líder sindical alemão é contra planos de fusão Tata-Thyssenkrupp**

30/11/2016 – DCI

O líder sindical que representa os funcionários do grupo siderúrgico e de engenharia Thyssenkrupp disse que os empregados da empresa vão resistir a fechamentos de capacidades no caso de uma fusão entre a empresa a Tata Steel.

"Temos capacidades que valem a pena ser preservadas e vamos lutar por isso", disse Wilhelm Segerath, representante dos trabalhadores no conselho de supervisão da Thyssenkrupp, disse ele à Reuters nesta terça-feira.

"Não vejo qualquer fortalecimento (da Thyssenkrupp) por meio de uma fusão com a Tata", disse Segerath, acrescentando que preferia ver a venda da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), controlada pelo grupo alemão.

A Thyssenkrupp tem explorado uma fusão com a Tata em resposta ao excesso de capacidade de produção e cenário de demanda fraca.

A entidade chefiada por Segerath representa 28 mil metalúrgicos e tem deixado claro que vai resistir a qualquer movimento que custe empregos ou leve o grupo alemão a abandonar atividades de produção de aço, que remontam à fundação do grupo 200 anos atrás.

Fontes da indústria afirmaram à Reuters na segunda-feira que Tata Steel e Thyssenkrupp estão avaliando uma redução do tamanho da maior usina siderúrgica britânica, instalada em Port Talbot, no País de Gales.